

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**CONCEIÇÃO APARECIDA BARBOSA**

**Termos e conceitos da Ordem do Juízo nas Ordenações do Reino:  
permanências e mudanças**

**Versão corrigida. Exemplar original disponível no CAPH da FFLCH**

**Orientador: prof. Dr. OSVALDO HUMBERTO LEONARDI CESCHIN**

**SÃO PAULO**

**2012**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**Termos e conceitos da Ordem do Juízo nas Ordenações do Reino:  
permanências e mudanças**

**CONCEIÇÃO APARECIDA BARBOSA**

**Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa , ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Filologia e Língua Portuguesa.**

**Versão corrigida. Exemplar original disponível no CAPH da FFLCH**

\_\_\_\_\_ de acordo  
**Orientador: OSVALDO HUMBERTO LEONARDI CESCHIN**

**SÃO PAULO**

**2012**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E FUNDAMENTOS DA PESQUISA.....	16
2.1 Contexto Histórico do Direito Processual e das Ordenações em Portugal.....	16
2.2 Contexto Histórico do Direito Processual e das Ordenações no Brasil.....	42
2.3 Terminologia Diacrônica.....	48
3 METODOLOGIA E <i>CORPUS</i> DE PESQUISA.....	56
3.1 Perfil do <i>corpus</i> documental.....	56
3.1.1 As Ordenações Afonsinas.....	61
3.1.2 As Ordenações Manuelinas.....	63
3.1.3 As Ordenações Filipinas.....	64
3.1.4 O Código de Processo Criminal de 1832.....	64
3.1.5 O Decreto 737 de 1850.....	65
3.1.6 A Lei 2033 de 1871.....	66
3.1.7 O Código de Processo Civil de 1939.....	66
3.1.8 O Código de Processo Civil de 1973.....	67
3.2 <i>Corpus</i> de Análise, referencial e parâmetro.....	67
3.3 Da Metodologia da Pesquisa.....	72
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	74
4.1 Descrição e análise qualitativa dos dados constitutivos do <i>corpus</i> de análise.....	74
4.1.1 Libelo e Petição.....	77
4.1.2 Citação.....	86
4.1.3 Exceções.....	106
4.1.4 Contestação e Contrariedade.....	117
4.1.5 Reconvenção.....	123
4.1.6 Juramento de Calúnia.....	131
4.1.7 Sentença.....	142
4.1.8 Execução.....	154

	4
4.1.9 Agravos.....	172
4.1.10 Embargos.....	182
4.1.11 Férias Forenses.....	188
4.1.12 Apelação.....	193
5 CONCLUSÃO.....	199
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208

## QUADROS

Quadro 1. Fontes do Direito Lusitano Medieval.....	23
Quadro 2. Fases da História do Direito Português de Nuno Espinosa da Silva.....	24
Quadro 3. Cronologia da Monarquia em Portugal.....	41
Quadro 4. Ordem do Juízo nas Ordenações Afonsinas.....	69
Quadro 5. Comparativo da Ordem do Juízo nas Ordenações do Reino.....	70
Quadro 6. Ordenações Afonsinas: abonações de <i>libelo e petição</i> .....	79
Quadro 7. Ordenações Manuelinas: abonações de <i>libelo e petição</i> .....	80
Quadro 8. Ordenações Filipinas: abonações de <i>libelo e petição</i> .....	80
Quadro 9. Cronologia dos termos <i>libelo e petição</i> .....	85
Quadro 10. Ordenações Afonsinas: abonações de <i>citação</i> .....	93
Quadro 11. Ordenações Manuelinas: abonações de <i>citação</i> .....	94
Quadro 12. Ordenações Filipinas: abonações de <i>citação</i> .....	95
Quadro 13. Quadro comparativo dos ordenamentos: os que podem ser citados.....	100
Quadro 14. Cronologia do termo <i>citação</i> .....	105
Quadro 15. Cronologia do termo <i>exceção</i> .....	116
Quadro 16. Ordenações Afonsinas: abonações de <i>contestação</i> .....	117
Quadro 17. Ordenações Manuelinas: abonações de <i>contestação</i> .....	118
Quadro 18. Cronologia do termo <i>contestação</i> .....	122
Quadro 19. Ordenações do Reino: abonações de <i>reconvenção</i> .....	124
Quadro 20. Ordenações do Reino: conceito de <i>reconvenção</i> .....	129
Quadro 21. CPC atual: conceito de <i>reconvenção</i> .....	130
Quadro 22. Ordenações do Reino: abonação do termo <i>juramento de calúnia</i> .....	132
Quadro 23. Cronologia do termo <i>reconvenção</i> .....	141
Quadro 24. Cronologia do termo <i>juramento de calúnia</i> .....	141
Quadro 25. Cronologia do termo <i>sentença</i> .....	153
Quadro 26. Cronologia do termo <i>execução</i> .....	171
Quadro 27. Ordenações Afonsinas: abonações de <i>agravo</i> .....	174
Quadro 28. CPCriminal de 1832: abonação de <i>agravo</i> .....	177
Quadro 29. Cronologia do termo <i>agravo</i> .....	181
Quadro 30. Cronologia do termo <i>embargos</i> .....	187

Quadro 31. Cronologia do termo <i>férias forenses</i> .....	192
Quadro 32. Ordenações Afonsinas: abonações de <i>apelação</i> .....	193
Quadro 33. Pereira e Sousa: <i>apelação</i> .....	195
Quadro 34. Cronologia do termo <i>apelação</i> .....	198

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin, pela constante motivação e orientação.

Ao Professor Doutor José Rubens de Moraes, pelas conversas motivadoras e sugestões.

Aos Professores Doutores José Rogério Cruz e Tucci, Luiz Carlos de Azevedo e José Rubens de Moraes, pelas magníficas aulas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

À Professora Doutora Maria Aparecida Barbosa, pelo direcionamento, pelo apoio e pelas sugestões no Exame de Qualificação.

Ao Professor Doutor Fabrício Possebon, pelas sugestões e comentários no Exame de Qualificação.

Ao meu amigo Márcio Moraes, pelas palavras de compreensão e incentivo.

Aos meus alunos e amigos, pelo carinho e incentivo.

À minha família, pelo amor incondicional.

## RESUMO

Na história do Direito Processual Brasileiro, as Ordenações do Reino de Portugal tem destaque como legado da cultura jurídica lusitana por causa das influências que o Brasil Colonial recebeu desse ordenamento, influências que estiveram presentes no passado.

Desse modo, no seu percurso, de 1446 quando da publicação das Afonsinas, retrocedendo até a sua gênese e aos sistemas jurídicos que a influenciaram, até os dias atuais, as normas jurídicas presentes nas Ordenações foram produto de uma sociedade, de uma visão de mundo que se concretizou, produziu e reproduziu por meio das leis escritas, representadas pela linguagem e pela terminologia empregada.

Com vistas a verificar a manutenção de conceitos e termos presentes nas Ordenações do Reino, mais especificamente, nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, no que concerne ao Processo Civil, que é tratado no livro III desses ordenamentos, delimitamos o ponto de partida da pesquisa para, a partir dos termos e conceitos da Ordem do Juízo, verificar numa perspectiva diacrônica, mudanças e permanências que se fazem sentir no Direito Processual Brasileiro.

Para tanto, foram utilizados como *corpus* de pesquisa, não só as Ordenações, mas também os códigos, leis ou decretos que a sucederam após a independência do Brasil: o Código de Processo Criminal de 1832, o Decreto 737 de 1850, a Lei 2.033 de 1871, o Código de Processo Civil de 1939, o Código de Processo Civil de 1973 e atualizações.

Dessa forma, a partir de um *corpus* de análise foram levantados termos e conceitos e verificadas as permanências e mudanças que ocorreram desde a Ordenação Afonsina até o Código de Processo Civil Brasileiro atual.

Verificou-se, em sua maioria, a permanência de termos e conceitos das Ordenações do Reino no Direito Processual Brasileiro que comprovam terem os ordenamentos antigos muito influenciado o sistema jurídico brasileiro, mas mudanças significativas também foram percebidas, indicando que no processo de produção e reprodução do léxico, da terminologia, que refletem uma permanente reconstrução da ciência jurídica.



## ABSTRACT

In the history of Brazilian Process Law, the Ordinances of the Kingdom of Portugal stands out as a legacy of juridical culture because of the Lusitanian influences that Brazil Colonial received from the Ordinances, influences that were present in the past.

Thus, on its way from 1446 when the publication of Afonsinas, stretching back to its genesis and the legal systems that influenced, until today, the laws found in Ordinances were the product of a society, a world view that was achieved, produced and reproduced by means of written laws, represented by language and terminology.

In order to verify the maintenance of terms and concepts found in Ordinances of the Kingdom, more specifically, the Ordinances Afonsinas, Manueline and the Philippines, with regard to Civil Procedure, which is dealt with in Book III of these Ordinances, we delimited the starting point of the research for, from the terms and concepts of the Order of Judgment, check a diachronic perspective, changes and continuities that are felt in the Brazilian procedural law.

For this purpose, we used a *corpus* of research, not only the Ordinances, but also the codes, laws or decrees that followed after the independence of Brazil: the Code of Criminal Procedure, 1832, Decree 737 of 1850, Act of 2033 1871, the Code of Civil Procedure, 1939, the Code of Civil Procedure, 1973 and updates.

Thus, from a *corpus* analysis terms and concepts were collected and checked the permanencies and changes that have occurred since the Ordinance Alphonsine to the Brazilian Civil Procedure Code now.

There was, in most cases, the persistence of terms and concepts of Ordinances of the Kingdom in Brazilian procedural law that prove they have the old Ordinances greatly influenced the Brazilian legal system, but also significant changes were noted, indicating that the process of production and reproduction the lexicon, terminology, reflecting an ongoing reconstruction of legal science.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo de uma ciência nos leva a questionar a sua origem, seus primeiros passos na direção de uma organização e sistematização de uma nova área do conhecimento. Dentre as várias áreas do conhecimento que tiveram grande desenvolvimento e possuem um sistema de organização bem elaborado e estruturado, conhecido como uma das mais antigas, está o Direito.

Esta ciência, de legado greco-romano, possui concatenação direta com a História da Língua, pois, para se fazer presente, necessário se faz a existência da língua para sua expressão.

No entanto, o Direito é uma ciência cuja terminologia apresenta-se com certas dificuldades para todos que não são especializados nela. Para decodificar as sentenças, os acórdãos ou as próprias normas que se multiplicaram em diversas subáreas, demonstrando o desenvolvimento desta ciência, são necessários esforços intensos e domínio de sua terminologia, sendo necessário compreender esses conceitos que o Direito expressa.

Por outro lado, ao estudar ordenamentos antigos, algumas semelhanças entre o vocabulário desses ordenamentos e o dos atuais são perceptíveis. Desse modo, seriam essas semelhanças um indício da manutenção de conceitos e termos antigos nas normas atuais?

Para verificar a existência de semelhanças de terminologia delimitamos o foco da pesquisa partindo das Ordenações do Reino de Portugal, mais especificamente as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, para, posteriormente, verificarmos se os termos e conceitos presentes nesses ordenamentos são preservados nos códigos atuais, mais especificamente aqueles que sucederam as Ordenações.

Tendo em vista que as Ordenações são uma compilação das normas, decretos que as antecederam, seriam essas cópias literais umas das outras ou teriam sofrido modificação significativa?

Ocorre que, as Ordenações são compostas por cinco livros, dos quais selecionamos o livro III, que trata do Processo Civil, importante para a concretização das normas de Direito Penal, Direito Civil, entre outros, que possibilita a execução das normas abstratas contidas em todo o ordenamento jurídico lusitano, bem como demonstram suas influências no Direito Processual Brasileiro.

Ao escolher esses ordenamentos como foco principal para a investigação, necessário

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

